

DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E NEOCONSERVADORISMO NO CONTEXTO ATUAL DA CRISE DA DEMOCRACIA

Eliana Carvalho Marques(PIBIC/CNPq/FA/UEM), Carla Cecília Rodrigues de Almeida(Orientadora). E-mail: ra116852@uem.br.
Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciência Política/Teoria Política.

Palavras-chave: Feminismo; Neoconservadorismo; Democracia

RESUMO

O debate atual sobre gênero e neoconservadorismo tem sido colocado na ordem do dia, sobretudo nos últimos pleitos eleitorais, onde a ascensão de políticos de extrema direita tem sido evidente. Para compreendermos melhor esse embate e suas implicações para a democracia brasileira, nos propomos elaborar um trabalho sobre as conquistas feministas do pós redemocratização e a reação neoconservadora a elas. Para alcançar nosso objetivo, orientamos o estudo com base em leituras recentes sobre o processo de inclusão das mulheres nos espaços políticos e as barreiras encontradas para a sua chegada e permanência nesses espaços, sobretudo no que se refere á recente pauta de gênero liderada pela ala neoconservadora do Congresso brasileiro e a violência política sofrida pelas candidatas e políticas femininas.

INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui apresentada buscou discutir acerca de como as conquistas feministas pós Constituição Federal de 1988 foram e estão sendo paulatinamente rechaçadas por um ambiente político cada vez mais conservador. Em 1995, com a Lei 9.100/95, que estabeleceu um percentual mínimo de candidaturas femininas, houve certo avanço na pauta, mas esse importante passo em direção á igualdade de gênero nos espaços políticos não prosperou como se imaginava. Nosso estudo mostrou que apenas a letra fria da lei não garante progressos nesse campo de disputa. A discussão a que nos propomos se faz importante, sobretudo em um momento de crise das democracias pelo mundo, não apenas no Brasil, onde as conquistas de grupos minoritários estão sofrendo cada vez mais ataques por parte das forças conservadoras. Para que pudéssemos elaborar esse trabalho, foi necessário o levantamento bibliográfico de livros e artigos sobre o assunto. Com o propósito de elaborarmos uma cartografia da discussão bibliográfica sobre o tema, buscamos nas literaturas mais recentes o aporte teórico necessário. Entendemos como sendo muito importante para tal proposta buscarmos apoio nos trabalhos de algumas autoras e autores que se debruçam sobre o tema e que tem grande

experiência empírica com estudos na área de gênero e política. Pretendemos, pois, apresentar essa discussão, levantando tópicos sobre as desigualdades sociais entre os gêneros, sobre como essas diferenças causam um desproporcional acesso de homens e mulheres nos espaços de poder e sobre como a agenda neoconservadora está atuando para a regressão dos espaços conquistados pós redemocratização.

REVISÃO DE LITERATURA

A literatura sobre o tema argumenta que a divisão sexual do trabalho presente na dinâmica social caracteriza-se por conformar tudo que é masculino como pertencente à esfera pública, enquanto o que é feminino estaria dentro do âmbito familiar e particular (ARAÚJO, 2020). Essa dinâmica é determinante para que a desigualdade de gênero se expresse nos ambientes de poder e tomada de decisões. Os partidos políticos, dominados por homens brancos, são a porta de entrada para as candidaturas femininas, bem como para promover a viabilidade delas (SACCHET, 2020). Mas a dinâmica social acima aludida acaba por fazer com que não cumpram esse papel. A violência política também foi referenciada na literatura, uma vez que se destaca como um dos maiores impeditivos para as candidaturas femininas a cargos eletivos e também para a permanência das eleitas em seus respectivos cargos. Evidenciamos nessa sessão a violência sexista e política sofrida pela Presidente Dilma Rousseff à época do seu afastamento do cargo. Não apenas os parlamentares, mas também a mídia, de forma geral, trabalhou a imagem da Presidente de forma violenta e sexista, alegando que ela era “desequilibrada”, mobilizando estereótipos de gênero. Já no segundo momento do estudo, nos propomos a seguir na linha de discussão sobre a investida de grupos conservadores de extrema direita, muitos dos quais vinculados a seguimentos religiosos fundamentalistas. Para Biroli (2028), a ofensiva conservadora às pautas de igualdade gênero e diversidade sexual está no centro da atual crise da democracia. Trouxemos um estudo muito bem feito sobre Ideologia de gênero no Parlamento brasileiro, onde os autores tinham como objetivo entender o contexto em que a disputa de gênero se dá e quais temas a circundam, bem como quais atores estão envolvidos contra a agenda de igualdade de gênero. A principal hipótese dos autores é a de que o chamado combate à “ideologia de gênero” tenha convergido com diversos atores conservadores, sobretudo católicos e pentecostais que utilizam a mesma linguagem, articulando seu discurso com o objetivo de limitar o alcance das políticas de igualdade de gênero e diversidade sexual. Tal hipótese foi confirmada posteriormente por meio da análise criteriosa de proposições de duas legislaturas da Assembleia Nacional (a 54ª e 55ª), onde as autoras compilaram dados de forma a notar que os termos “ideologia de gênero”, “gênero” ou mesmo “ideologia” apareciam nas proposições analisadas de forma recorrente, o que permitiu a compreensão de como aconteciam os embates em torno deles (BIROLI; TEIXEIRA, 2022, p.4 e 5).O alvo principal desses parlamentares eram as ações do executivo e do judiciário que tratavam de igualdade de gênero e diversidade sexual. Esses dados nos permitem pensar em como a pauta de costumes, que gira em torno

da “ideologia de gênero”, não apenas congrega as pessoas envolvidas com religião e com o discurso religioso, mas amplia a base de apoio da direita conservadora e aglutina todos que sentem os seus direitos ameaçados pelo avanço da agenda de direito de gênero e diversidade sexual. Em uma sociedade predominantemente machista e patriarcal, o direito das mulheres e dos LGBTQ+ são entendidos como opostos aos direitos da “família tradicional”. Esses direitos são vistos como ameaças à uma suposta unidade da nação e integridade familiar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As leituras realizadas nos permitiram compreender como os avanços da agenda feminista e de igualdade de gênero estão na ordem do dia, sobretudo no momento de crise da democracia em que vivemos. Assim, percebemos também que as conquistas e avanços dos movimentos feministas têm acontecido de forma lenta e com o auxílio de decisões judiciais para fazer valer as conquistas anteriores. Esse tem sido um caminho comumente percorrido em diferentes partes do mundo para a proteção e garantia de direitos conquistados (ARAÚJO; RODRIGUES 2023, p.7). Identificamos também que, com a onda neoconservadora, o debate de gênero tem se intensificado e, em decorrência, novos debates vem surgindo e impedindo que uma agenda feminista mais progressiva consiga amenizar a sub-representação das mulheres que ainda se constata dentro dos espaços políticos e de tomada de decisões. Abordar gênero e neoconservadorismo nos marcos do debate da crise contemporânea da democracia possibilita várias linhas de investigação empírica e analítica, o que nos permite entender algumas das facetas da discriminação cada vez mais presente em nossa sociedade. Esperamos que com esse estudo tenhamos contribuído com o debate sobre a importância de que os espaços de decisão possam se tornar cada vez mais democráticos e representativos.

CONCLUSÕES

Depreendemos com o presente estudo que a contraofensiva neoconservadora tem um *modus operandi* e uma certa trajetória comum em vários países, no Brasil e em todo o mundo. Essa reação da extrema direita mobiliza invariavelmente o discurso sobre “ideologia de gênero” para desinstitucionalizar direitos garantidos nos parlamentos e para barrar o avanço da institucionalização de novas demandas por igualdade entre homens e mulheres e diversidade sexual. Não podemos ainda prever quais passos essa contraofensiva neoconservadora vai tomar. O que fica claro aqui é que essa atuação afetou e afeta a nossa democracia no sentido de colocar barreiras para o avanço da equidade que se espera ver em uma democracia que se propõe representativa de todos os grupos que compõem a sociedade.

AGRADECIMENTOS

Esse projeto de iniciação científica só foi possível com o apoio imprescindível da Fundação Araucária, que possibilitou recursos financeiros importantes para a minha permanência na Universidade, bem como eu poder completar essa produção acadêmica. Meus agradecimentos também se prolongam a Universidade Estadual de Maringá, onde curso graduação e, principalmente à minha orientadora Carla Almeida, que me ajudou sobremaneira a alcançar meus objetivos nesse trabalho e que compartilhou um pouco da sua vasta experiência no tema aqui proposto, fazendo com que o caminho aqui percorrido fosse mais tranquilo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M.C, RODRIGUES, Teófilo. **Judicialização da competência política e gênero: ações afirmativas nos fundos partidário e eleitoral no Brasil.** Revista Brasileira de Ciência Política. nº 40. p.1-31. 2023 Disponível em <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2023.40.260812>. Acesso em: 10.03.2023

BIROLI, Flávia. **Reação conservadora, democracia e conhecimento.** Revista de Antropologia, v.61, n. 1, p. 83-94, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2018.145515> . Acesso em: 15.03.2023

BIROLI, Flávia; TEIXEIRA, Raniery Parra. **Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na Câmara dos Deputados brasileira.** Revista brasileira de Ciência Política, Nº 38-p. 1-40, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2022.38.248884>. Acesso em 08.03.2023

ARAÚJO, Clara. **Divisão sexual do trabalho doméstico como problema político in Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**, BIROLI, Flávia (org.), Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

SACCHET, Teresa. **A culpa é dos partidos: desigualdades de gênero em disputas eleitorais in Mulheres, poder e ciência política: debates e trajetórias**, BIROLI, Flávia (org.), Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.